



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais, centavos omitidos)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**, fundada em 20/04/1970, é uma entidade jurídica que tem como atividade preponderante a área de Assistência Social onde defende e garante os direitos sociais do deficiente intelectual e múltiplo. Desenvolve a introdução ao mercado de trabalho de acordo com a Resolução 33, habilita e reabilita de acordo com a Resolução 34; oferece atendimento ao fortalecimento do vínculo familiar de acordo com a Resolução 109. Todos os atendimentos são totalmente gratuitos aos assistidos de 0 a 55 anos. Por conseguinte, realizam funções primárias da responsabilidade do governo, a presente empreitada social transcende as entidades civis pactuantes, guindando à irrefutável configuração de uma verdadeira parceria com o próprio Estado, do qual recebe subvenções municipais, estaduais e federais.

NOTA 2 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou o pronunciamento técnico CPC-PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – aplicáveis às pequenas e médias empresas e aprovado pela Resolução CFC nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009, o qual, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominadas práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, ambas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 relativa às entidades sem fins lucrativos.

(a) Apuração do superávit

O superávit é apurado pelo regime de competência, os recursos recebidos são registrados como receitas na medida de sua disponibilização em conformidade com a seção 24 do CPC PME. As doações para custeio são contabilizadas como receita no período em que são recebidas. O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício, enquanto não aprovado em assembleia pelo Conselho Fiscal e após a sua aprovação é transferido para a conta Patrimônio Social.



(b) Ativos e Passivos Circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou, no caso de despesas de períodos seguintes, ao valor de custo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis. A entidade possui registrado em seu passivo circulante e não circulante as obrigações com terceiros que envolvem o objeto social da entidade, dentre os quais destacamos fornecedores, obrigações fiscais e obrigações trabalhistas.

(c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

(d) Recursos da Entidade

Todos os recursos foram integralmente aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

(e) Receitas da Entidade

As receitas são provenientes de verbas de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais (subvenções) por meio de convênios, contratos, doações, eventos, de rendimentos de aplicações financeiras e de doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas por meio de telemarketing e na própria entidade.

(f) Subvenções Governamentais e Convênios

O recebimento efetivo das subvenções governamentais está sendo contabilizado pela entidade da seguinte forma: conta bancos e contrapartida em contas específicas do passivo. Sendo posteriormente baixadas do passivo contra o resultado, reconhecendo a receita de subvenções, no momento da realização dos projetos a elas vinculadas, conforme resolução do CFC nº 1.409/2012.

(g) Despesas da Entidade

As despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos de conformidade com as exigências legais e fiscais.

(h) Provisões

A entidade não mantém provisão para devedores duvidosos em decorrência de suas finalidades filantrópicas e assistenciais.



(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e Intangível é apresentado pelo custo de aquisição ou valor original, visto que a entidade não procedeu à correção de balanço em exercícios anteriores. A depreciação de bens móveis do imobilizado foi calculada em 2018 pelo método linear, sendo utilizadas taxas fiscais, portanto, ainda não contemplam a vida útil econômica dos ativos em conformidade às Resoluções do CFC nº 1.177/2009 e nº 1.409/2012.

(j) Patrimônio Líquido

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa abrange numerário em espécie e conta bancárias disponíveis. Equivalente de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento dos balanços apresentados e são superam o valor de mercado.

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização ou de mercado.

Caixa e Equivalente de Caixa	2018	2017
Caixa	668	1.302
Bancos c/ movimento sem restrição	17.628	3.151
Bancos c/ movimento com restrição	-	-
Aplicações c/ movimento sem restrição	352.030	369.915
Aplicações c/ movimento com restrição	269.299	-
TOTAL	639.625	374.368

NOTA 4 – SUBVENÇÕES A RECEBER

Subvenções a Receber	2018	2017
Subvenções Federais	12.450	100.939
Subvenções Estaduais	39.747	5.232
Subvenções Municipais	504.498	386.390
TOTAL	556.695	492.561



NOTA 5 – ADIANTAMENTOS

Adiantamentos a Fornecedores e a Recuperar	2018	2017
Adiantamento a Fornecedores	374	374
Adiantamentos de Salários	-	140
Outros Adiantamentos a Funcionários	-	789
TOTAL	374	1.303

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos Retidos	2018	2017
Créditos do Pis	17	-
TOTAL	17	-

NOTA 7 – DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas Antecipadas	2018	2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.725	3.073
TOTAL	5.725	3.073

NOTA 8 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado sem Restrição	2018	2017
Terrenos	204.000	204.000
Equip., Máquinas e Instalações	137.665	162.812
Móveis e Utensílios	37.202	33.502
Veículos	162.847	127.847
Sistema de Processamento de Dados	5.378	3.588
Benfeitorias	1.800	1.800
Outras Imobilizações	402.030	402.030
(-) Depreciações Acumuladas	(163.623)	(128.399)
TOTAL	787.300	807.181



NOTA 9 – FORNECEDORES

A entidade possui pequeno saldo de fornecedores em 2018, que posteriormente foi quitado no exercício seguinte.

Fornecedores de Bens e Serviços	2018	2017
C.P.F.L.	4.101	3.189
Bertim Materiais de Construção	3.127	-
Nole & Cia Ltda	4.422	-
Delta Contabilidade	1.800	1.800
Outros menores que R\$ 1.000	5.634	4.372
TOTAL	19.084	9.361

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A entidade efetuou o pagamento de salários, férias e 13º salários, com os recursos de projeto antes do encerramento do ano. O valor dos encargos, é pago no anos subsequente.

Obrigações Sociais	2018	2017
INSS á Recolher	11.155	9.658
FGTS á Recolher	16.477	14.517
Taxa Associativa Sindicato	118	118
TOTAL	27.750	24.293

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	2018	2017
IRF sobre Rendimentos do Trabalho	2.456	1.789
IRF sobre Terceiros	45	-
Pis sobre a Folha de Salários	-	2.584
Outros Impostos Retidos	183	-
TOTAL	2.684	4.373



NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Provisões Trabalhistas	2018	2017
Salários à Pagar	-	416
Férias à Pagar	154.314	134.066
Encargos sobre Férias	12.345	10.725
TOTAL	166.659	145.207

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES À PAGAR

Outras Contas a Pagar	2018	2017
Empréstimos à Pagar	26.000	38.005
Passivo Diferido	15.681	22.651
TOTAL	41.681	60.656

NOTA 14 – SUBVENÇÕES Á REALIZAR

Subvenções à Realizar	2018	2017
Convênios Federais	131.850	113.047
Convênios Estaduais	42.739	5.232
Convênios Municipais	622.002	389.144
TOTAL	796.591	507.243

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social	2018	2017
Patrimônio Social	910.839	910.839
Resultado do Exercício de 2017	16.874	16.874
Resultado do Exercício de 2018	8.418	-
TOTAL	936.131	927.713



NOTA 16 – RECEITAS COM RESTRIÇÕES

Receitas com Restrições	2018	2017
Assistência Social	307.305	400.805
Atividades de Saúde	257.729	187.156
Atividades da Educação	585.388	549.801
TOTAL	1.150.422	1.137.762

NOTA 17 – RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

Receitas sem Restrições	2018	2017
Doações	16.972	21.401
Telemarketing	728.889	757.010
Captação de Recursos	331.722	209.524
Federação das APAES	37.840	128.982
Doação de Bens Imóveis (Terreno)	-	204.000
Outras Doações	61.131	15.064
TOTAL	1.176.554	1.335.981

NOTA 18 – OUTRAS RECEITA

Receitas sem Restrições	2018	2017
Créditos do Nota Fiscal Paulista	13.467	22.220
Receitas de Alugueis	35.200	11.200
Receitas de Eventos	65.705	94.605
Despesas Recuperadas	146.628	183.539
TOTAL	261.000	311.564

NOTA 19 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras		2018	2017
Rendimentos de Aplicações Financeiras	19	23.095	37.717
Descontos Obtidos	19	1.840	3.453
TOTAL		24.935	41.170



Despesas Financeiras	2018	2017
Despesas Bancárias	(7.324)	(9.665)
Juros Pagos	(227)	(81)
Multas Diversas	(7)	(500)
TOTAL	(7.558)	(10.246)

NOTA 20 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos das Atividades	2018	2017
Assistência Social	(1.373.082)	(1.722.874)
Educação	(623.730)	(1.559.321)
Saúde	(444.378)	(583.362)
TOTAL	(2.441.190)	(3.865.557)

Despesas Operacionais	2018	2017
Administrativas e Tributárias	(500.300)	(848.288)
Telemarketing	(479.007)	(241.400)
Promoções Sociais	(53.364)	(50.021)
Depreciações e Amortizações	(39.416)	(38.507)
Despesas da Alienação de bens	(9.486)	(-)
TOTAL	(1.081.573)	(1.178.216)

NOTA 21 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui contingências trabalhistas, a qual envolve consideravelmente o julgamento por parte da administração, que entende ser remota neste momento uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos necessários para liquidar as obrigações.

A avaliação da probabilidade de ganho, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos Advogados externos. A entidade considera ter indícios suficientes para não realizar a provisão que deveria cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.



NOTA 22 – CERTIFICADO DE FILANTROPIA, ISENÇÃO E GRATUIDADE

CERTIFICADO DE GRATUIDADE

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) está no prazo legal, conforme renovação feita sob o protocolo nº 71.000.024227/2018-26 de 07 de junho de 2018, e publicado no Diário Oficial da União em 11 de junho de 2018, tem a sua validade aprovada de 29 de junho de 2018 á 28 de junho e 2021.

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em conformidade ao parágrafo 2º do artigo 18 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2.009, a entidade dedica-se à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e de sua promoção à vida comunitária e aquelas abrangidas pelo disposto no artigo 35 da Lei nº 10.741 de 01 de novembro de 2003, mantendo exclusivamente sua capacidade aplicada no atendimento ao sistema de assistência social, de forma integralmente gratuita.

Demonstramos a seguir o custo da isenção usufruída pela entidade.

Receitas Financeiras	2018	2017
Isenção/Imunidade – INSS	475.327	464.835
TOTAL	475.327	464.835

NOTA 23 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

GERSON MACHULIS JUNIOR
PRESIDENTE
RG. 15.501.896-6
CPF: 042.412.308-81

DELTA CONTABILIDADE
CNPJ: 10.814.477/0001-64
SILVIA JANAINA MORAL
CRC1SP250727/O-0